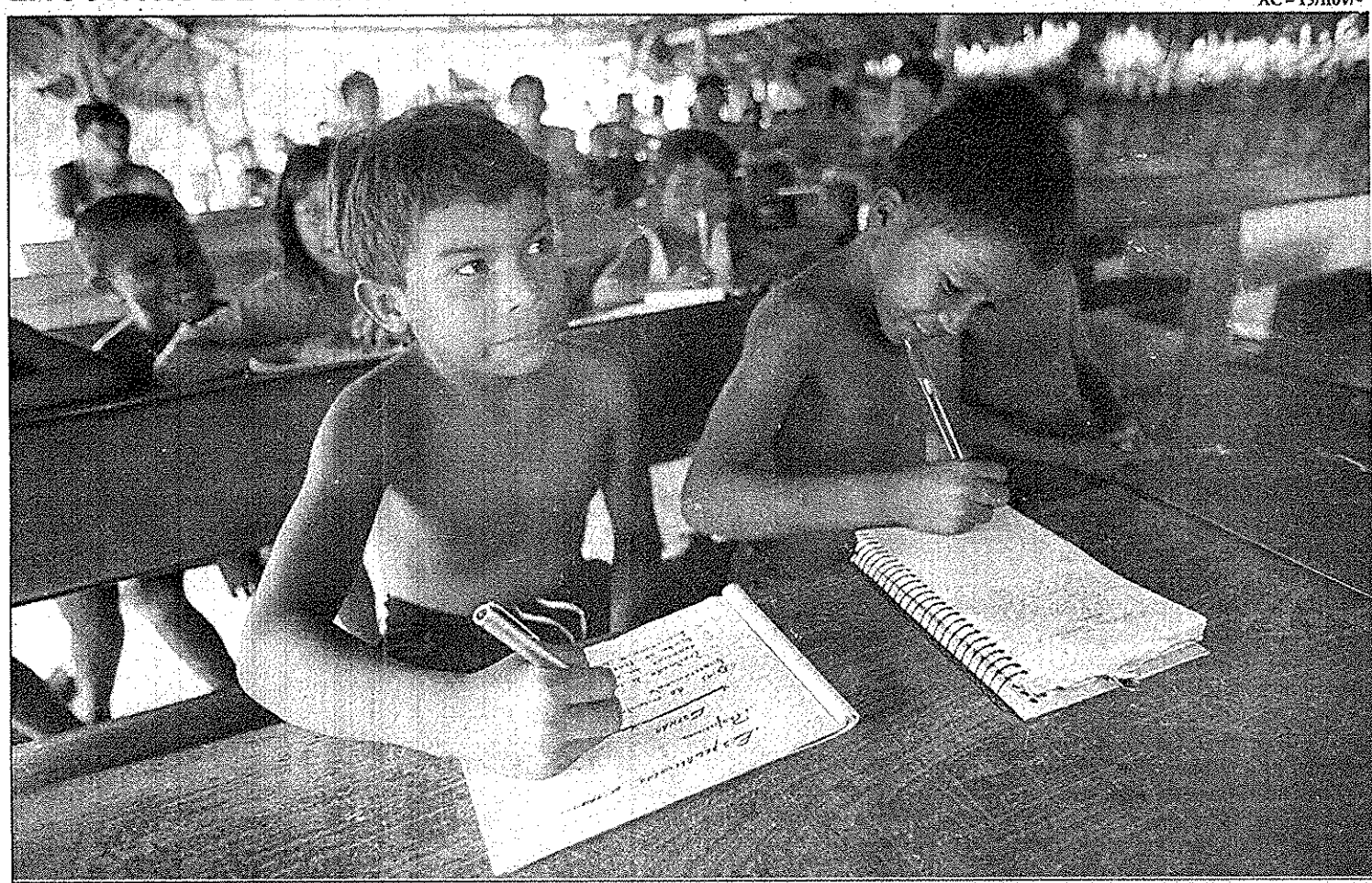


ENCONTRO DE COLEGIADO

AC-15/nov/c



VALORIZAÇÃO Alunos sateré-maué têm material didático bilingüe; eles estudam em português e na língua de origem da tribo

Etnias discutem destino da educação indígena

O PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES FOI O ITEM MAIS DEBATIDO. ELE VALORIZA LÍNGUA, CULTURA E HÁBITOS

O Conselho Estadual de Educação Indígena (CEEI) reuniu-se ontem, pela primeira vez, para decidir o destino da regulamentação da educação indígena no Amazonas. Dezesesseis líderes de diversas etnias indígenas compareceram à reunião do colegiado no prédio do Conselho Estadual de Educação do Amazonas, Centro. A discussão central do encontro

ficou em torno do projeto de formação de professores indígenas. Nele, o mestre produz o próprio material didático bilingüe, que é aplicado em sua comunidade. O projeto idealizado pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estadual de Educação e Qualidade de Ensino (Seduc), valoriza a cultura, a língua e hábitos naturais das 33 etnias que habitam o Estado do Amazonas. "Por intermédio desta política de educação, buscamos valorizar o cidadão indígena, resgatando sua identidade e costumes", disse a gerente de Educação Indígena da Seduc, Arlene Bonfim, 42.

No discurso de abertura, a gerente ressaltou que a política pública do Estado tem assumido cada vez mais o papel desempenhado pelas ONGs. "No conselho é

normatizada a política educacional que os líderes julguem mais conveniente a ser aplicada em suas comunidades", afirmou a gerente da Seduc. "Aqui, as bases são ouvidas", complementou.

Hoje, o projeto de formação de professores indígenas conta com 176 professores de diversas etnias e a primeira experiência de confecção de material foi feita com o grupo de professores das tribos sateré-maué. Eles elaboraram 11 livros e um jornal.

O Conselho Estadual Indígena é composto por 28 conselheiros, sendo oito representantes de órgãos públicos, quatro de organizações não-governamentais e 16 indígenas. Durante o encontro foram admitidos dois membros, um representando o Ministério Público Federal e outro o Estadual.

BENEFICIADOS

Habitantes do Alto Vale do Javari, na fronteira do Brasil com o Peru, a etnia Marubo será uma das comunidades a ser beneficiada pelas normativas aplicadas pelo Conselho de Educação Indígena. Composta pelas etnias mayurune, kulina, matis, canamari e morubo, a região foi representada por apenas um representante no encontro. "Esperamos que este projeto alcance nossa região. Lá, a educação é inexistente", revelou o líder da etnia, Clóvis Rufino Morubo, 42.

Nos uaimiri-atroari, na divisa dos Estados do Amazonas com Roraima, já existe um projeto independente de educação. "O nosso desejo é que este projeto saia do papel e nos beneficie", disse o representante da tribo, José Warakaxi, 36.